

PT decide hoje ação contra ACM

Maria Lúcia Delgado
De Brasília

Ainda dividida, a bancada do PT no Senado Federal reúne-se na manhã de hoje para definir se fará ou não uma representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitando abertura de processo de cassação contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), suspeito de envolvimento no esquema de escuta clandestina ilegal montado na Bahia. Depois de uma semana recolhido em seu Estado, ACM retorna hoje à Casa e promete fazer um discurso em plenário sobre a reforma da Previdência.

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), afirmou que o partido também vai analisar a possibilidade de reivindicar o afastamento do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) da presidência do Conselho. Juvên-

cio afirmou na semana passada que o PT está fazendo "jogo de cena" e evita tomar uma medida mais drástica que prejudique o senador ACM. As críticas provocaram profundo mal estar entre Juvêncio e os petistas.

Como o bloco PT-PSB-PTB-PL tem direito a fazer quatro indicações para a composição do Conselho de Ética, o mesmo número do PMDB, Tião Viana disse que poderá exigir a presidência, ou negociar com o PMDB nova indicação, para trocar o presidente. Além das provocações ao partido, o PT diverge da maneira como Juvêncio encaminhou até agora o processo. Os pemedebistas não cogitam afastar o senador Juvêncio.

"O senador não pode continuar na presidência", afirmou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Apesar de a situação de ACM ser delicada, não há sinalização no Senado de que o PMDB e o PSDB assinarão uma representação

pedindo abertura do processo de cassação. "O PSDB vai acompanhar as investigações, vai votar no Conselho de Ética, mas não vai partidarizar essa questão", disse o vice-líder do partido, Romero Jucá (RR).

Ontem, o vice-presidente José Alencar defendeu, no Rio de Janeiro, uma apuração rigorosa das denúncias contra ACM. Alencar participou da reunião executiva do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, num hotel de Copacabana.

Perguntado se apoiaria a investigação das denúncias pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, caso ainda fizesse parte do Senado, o vice-presidente foi taxativo: "Sempre fui a favor. Qualquer denúncia que apareça com algum grau de confiabilidade deve se transformar em objeto de investigação rigorosa". *(Colaborou Rodrigo Carro, do Rio)*

VALOR ECONÔMICO

11 MAR 2003